

PROCESSAMENTO EM JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – PJV

Competência técnica: Processamento
Conhecimentos relacionados: Processamento em Juizado da Violência
Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Objetivo Geral

Proporcionar aos participantes o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao exercício de suas funções.

Objetivos específicos

- Conhecer a legislação específica de constituição e funcionamento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM).
- Identificar os feitos de competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- Conhecer as Tabelas Processuais Unificadas do CNJ para viabilizar o cadastramento ou alteração da classificação e a movimentação dos feitos pelos serventuários.
- Saber as rotinas cartorárias do Processamento Integrado para organizar e executar as atividades de processamento de forma célere e eficiente.
- Exercer todos os demais atos necessários ao processamento dos feitos nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, materiais de leitura, aulas práticas, recursos audiovisuais.

Conteúdo Programático

- Apresentação e princípios constitucionais;
- Atividades gerais do cartório do JVDFM;
- Organograma de funcionamento do cartório do JVDFM;
- Rotinas cartorárias nos Juizados de Violência Doméstica;
- Cadastramento e regras gerais para o cadastramento de feitos em JECRIM e JVDFM;
- Qualificação e da autuação;
- Encaminhamentos e outras diligências;
- Audiências;
- Medidas protetivas e seus registros;
- O artigo 366 e seus registros;
- Os artigos 76 e 89, da Lei 9099/95, e seus registros;
- A expedição de GMA;
- Ação penal pública/denúncia e ação penal privada/queixa-crime;
- Decisões, sentenças e recursos;

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Execução de penas;
- Ofícios de baixa;
- Declínio de competência e devolução de Carta Precatória;
- Arquivamento de Inquérito;
- Extinção de punibilidade, absolvição e rejeição de denúncia;
- Publicações e expedição de ofícios e mandados;
- O processamento propriamente dito;
- Arquivamento;
- Competência territorial dos JVDFM da Capital e das pastas e livros;
- Equipe de atendimento multidisciplinar;
- Medidas cautelares e protetivas;
- Processamento no Projeto Violeta;
- CEJEM e COJEM.

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

Bibliografia

- Ato Executivo nº 2348/2009 (TJERJ) - COJEM
- Ato Executivo nº 1166/2013 (TJERJ) – CEJEM
- Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ Nº 03/2008
- CNCJ atualizada (Intranet)
- CODJERJ atualizado (Intranet)
- LODJ - Lei Nº 6.956/15 (Intranet)
- DL Nº 2.848/1940 – Código Penal
- DL Nº 3.931/1941 – Código de Processo Penal
- Lei Nº 11.340/2006 – Maria da Penha
- Lei Nº 9.099/1995 – dos Juizados Especiais
- Lei Nº 13.105/2015 - NCPC
- Lei Estadual Nº 3.557/2009 – Cria o Sistema dos JVDFMs
- Lei Estadual Nº 5.781/2010 – Atualiza o Sistema dos Juizados Especiais
- Resolução CNJ Nº 46/2007

Carga horária

15 horas